

PORtugal DIPLOMÁTICO



Cimeira Ibero-Americana

Protestos em Moçambique

Entrevista a Francisco Rocha

VI^a EDIÇÃO

Novembro 2024



0 35545 62336 78 1

Índice

- Mês do MNE..... pág. 2
 - Visita a Nova Iorque..... pág. 2
 - Encontro com Vice Primeiro-Ministro do Luxemburgo..... pág. 2
 - Web Summit..... pág. 3
 - Cimeira Ibero-Americana..... pág. 3
 - Cimeira do G20..... pág. 4
 - Conselho de Ministros..... pág. 5
- Cimeira da Comunidade Política Europeia..... pág. 6
- Nomeação de João Gomes Cravinho para novo representante da UE para o Sahel..... pág. 7
- Cimeira Ibero-Americana..... pág. 8
- Entrevista a Francisco Rocha..... pág. 9
- Protestos em Moçambique..... pág. 22
- Cheias em Valênci: catástrofe e tensão..... pág. 24
- COP29..... pág. 28

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

Este mês abordamos a visita do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a Nova Iorque no âmbito do arranque da campanha de candidatura de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança, o seu encontro com o Vice Primeiro-Ministro do Luxemburgo e a sua participação na Web Summit, na 29ª Cimeira Ibero-Americana e na Cimeira do G20, no Brasil. O mês terminou com o Conselho de Ministros no Palácio das Necessidades.

Visita a Nova Iorque

O início do mês ficou marcado pela visita do Ministro a Nova Iorque, no âmbito do lançamento oficial da campanha de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2027/28.

O lema da campanha do Estado Português é “Prevenção, Parceria e Proteção”. Refere-se à prevenção de novos conflitos através da diplomacia preventiva, a parceria entre os vários países e Organizações Internacionais para o combate às alterações climáticas, pandemias, e para o fomento do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e, por fim, a proteção das pessoas, através do respeito pelos direitos humanos e pela Carta das Nações Unidas.

No local, afirmou que “Portugal tem aquilo a que se chama de ‘soft power’, tem uma grande capacidade de poder suave, portanto de fazer pontes. Isso é muito relevante não apenas nas questões de segurança, mas também em agendas como, por exemplo, a reforma das finanças internacionais, de forma a que a dívida dos países mais pobres, como no caso de África, possa ser reestruturada. E depois também teremos a ideia da proteção”. “Estou absolutamente convicto que se nós fizermos uma campanha em linha com aquilo que é a tradição portuguesa nas Nações Unidas, nós teremos assegurada a nossa eleição como membro não permanente para o biênio de 2027/2028. Isto não é excesso de confiança. Como eu digo, vamos ter que trabalhar até ao fim. Porque desde logo o voto é secreto. Eu acho que nós temos muitos apoios em quantidade e em qualidade”, acrescentou.

A candidatura de Portugal foi formalizada em 2013, mas a campanha só teve início em novembro, uma vez que a votação irá decorrer somente em 2026.

Encontro com Vice Primeiro-Ministro do Luxemburgo

No dia 11, Paulo Rangel recebeu no Palácio das Necessidades o Vice Primeiro-Ministro luxemburguês, Xavier Bettel. Alguns dos temas abordados foram as relações bilaterais entre Portugal e o Luxemburgo, o futuro da União Europeia e ainda a conjuntura internacional.

Web Summit

Durante os dias 11 e 14 de novembro, Lisboa foi mais uma vez palco da Web Summit, na qual o MNE participou no segundo dia.

Num painel partilhado com o Vice Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, denominado "Balancing technology, trust, and democratic values", o Ministro debateu os desafios que a Inteligência Artificial coloca às democracias no presente momento, bem como formas de reforçar os direitos dos cidadãos nas sociedades digitais. O MNE também encontrou-se com o Príncipe Guilherme do Luxemburgo.



O Ministro Paulo Rangel, o Príncipe Guilherme e o Vice Primeiro-Ministro, Xavier Bettel (foto: MNE)

Cimeira Ibero-Americana

Entre 12 e 15 de novembro, Paulo Rangel acompanhou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, à 29ª Cimeira Ibero-Americana, que teve lugar na cidade de Cuenca, no Equador, cujo tema principal foram as questões da inovação, inclusão e sustentabilidade.

O primeiro dia do MNE foi marcado pela reunião ministerial, que contou com a presença dos 22 ministros dos Negócios Estrangeiros da Cimeira Ibero-Americana, e ainda pelo XV Encontro Empresarial Ibero-Americano. Enquanto no segundo dia o Ministro e a sua homóloga do Equador, Gabriela Sommerfeld, assinaram um memorando de entendimento bilateral sobre consultas políticas, no terceiro dia os membros da Cimeira aprovaram o plano de ação para os próximos dois anos, nos quais Portugal propôs uma nova área de cooperação, a da proteção civil. No último dia, o Presidente da República e o MNE estiveram presentes num encontro com a comunidade portuguesa no Equador.



Paulo Rangel e Gabriela Sommerfeld assinam o memorando de entendimento entre Portugal e o Equador (foto: MNE)

Cimeira G20

A meio do mês, o MENE acompanhou o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do G20 que se realizou entre os dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro, no Brasil. Um dos principais momentos que marcou esta Cimeira do G20 foi a aprovação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, à qual Portugal aderiu.

Luís Montenegro descreveu a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza como um “sinal de inconformismo e vitalidade do multilateralismo”, acrescentando que “Portugal irá contribuir com cerca de 10% do custo de funcionamento do mecanismo de Apoio da Aliança, 300 000 dólares (cerca de 284 mil euros), pelo menos até 2030”. O Primeiro-Ministro também reembrou que Portugal investe atualmente na política de cooperação, nomeadamente com países lusófonos africanos e asiáticos, mais de 50% dos seus recursos bilaterais, nomeadamente em infraestruturas, educação e saúde, a par das áreas da segurança alimentar e nutricional.



Luís Montenegro discursa na cimeira (foto: Governo)

A par dos trabalhos da própria cimeira, o Primeiro-Ministro e o MENE estiveram presentes em diversas reuniões e encontros bilaterais, nomeadamente com o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, onde discutiram as relações culturais, económicas e científicas entre ambos os países, bem como abordaram a futura visita do MENE à Índia no próximo mês de dezembro e os 50 anos de relações diplomáticas em 2025. Paulo Rangel também encontrou-se com o Secretário de Estado da Santa Sé, sua Eminência o Cardeal Pietro Parolin, com quem discutiu o papel de mediação internacional do Estado do Vaticano nos conflitos em curso, e com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, e o ex-Conselheiro Nacional de Segurança do Reino Unido, Sir Tim Barrow, tendo os três discutido a Aliança Atlântica, o contexto geopolítico atual e a crise climática.

No último dia da cimeira, o Primeiro-Ministro ainda visitou o Real Gabinete Português de Leitura e participou na receção à comunidade portuguesa, realizada no Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro. No dia 20, Luís Montenegro encontrou-se novamente com a comunidade portuguesa, mas desta vez em São Paulo, na Casa de Portugal e visitou o Museu da Língua Portuguesa, concluindo assim a sua viagem ao Brasil.

Conselho de Ministros

A 22 de novembro realizou-se mais um Conselho de Ministros, pela primeira vez desde a monarquia, no Palácio das Necessidades.

Na ordem de trabalhos esteve o lançamento da candidatura de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-28 e a preparação das comemorações do 40º aniversário da adesão de Portugal à União Europeia. Outras medidas adotadas foram relativas ao apoio à Ucrânia, em que Portugal vai contribuir voluntariamente com dois milhões de euros para a iniciativa "Grain from Ukraine" e outros 86 milhões de euros para a doação de equipamentos. O Conselho de Ministros também aprovou a revisão do Estatuto da Carreira Diplomática, que não era revista há quase 30 anos e criou a figura do Embaixador Itinerante, ou seja, um embaixador sediado em Portugal responsável por dois ou três países nos quais Portugal não tem embaixada. Também foi decidida a criação da Direção Geral do Direito Europeu e Internacional, tendo o ministro informado que o Instituto Camões vai abrir um linha de um milhão de euros para a cooperação municipal internacional.



Conselho de Ministros no Palácio das Necessidades (foto: Governo)

Cimeira da Comunidade Política Europeia

Por Maria Neves

O que é?

As cimeiras da Comunidade Política Europeia são uma plataforma de discussões políticas e estratégicas sobre o futuro da Europa que reúnem duas vezes por ano os 44 países do continente europeu (27 Estados-membros da União Europeia e 17 países não membros, apenas excluindo a Rússia e a Bielorrússia).

Foram criadas em 2022 por Emmanuel Macron com o objetivo geral de promover o diálogo e a cooperação para abordar questões de interesse comum de modo a reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade no continente europeu. Mas, em específico, foi criada para responder aos problemas que a Guerra na Ucrânia representou no seu início.

Temas da V^a Comunidade Política Europeia

A Reunião da Comunidade Política Europeia de 7 de novembro de 2024 veio destacar a necessidade de uma Europa mais resiliente, segura e integrada.

Assim, abordaram-se temas como:

- A transição energética, através de um apelo ao aceleramento da transição para as fontes de energia renovável acompanhada pela diversificação dos fornecedores (para colmatar a dependência do gás russo). Estas medidas vieram associadas com o apoio a projetos de infraestrutura de interligação das redes energéticas europeias e o aumento da capacidade de armazenamento;
- A gestão comum e solidária da migração e das políticas de asilo, tendo-se discutido quais as abordagens para a gestão de fronteiras e de como se executará um maior apoio aos países de "entrada";
- Como assegurar a segurança e a defesa europeia, nomeadamente num contexto regional marcado pela guerra na Ucrânia (cujo compromisso de apoio à nação atacada foi reforçado) e associado à necessidade de diminuir a dependência em relação à NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e consequentemente dos Estados Unidos;
- Apostar europeia na tecnologia e na inovação, enfatizando a problemática da inteligência artificial e a importância da cyber-segurança. Foi enfatizada a importância da tecnologia de ponta para assegurar a competitividade europeia a nível mundial, pois a promoção da digitalização europeia pode vir a combater a dependência económica de grandes potências tecnológicas e aumentar a competitividade da economia europeia;

- As perspetivas de alargamento da União Europeia para este, na direção dos Balcãs

Impacto em Portugal

Portugal seria representado nesta cimeira na figura de Montenegro (que não compareceu por motivos de saúde).

Existem inúmeros benefícios internacionais em fazer parte da CPE. Por um lado, há a oportunidade de se afirmar no panorama regional através da sua participação em discussões cruciais sobre a segurança e a partilha de estratégias. Deste modo, o país pode expandir a sua influência nas decisões europeias e da criação de parcerias bilaterais estratégicas. Por outro lado, desta cooperação podem surgir novas oportunidades económicas de investimento em infraestruturas e inovação, nomeadamente em setores como a tecnologia e a energia renovável.



Foto de família da V^a Cimeira da Comunidade Política Europeia (foto: Conselho da União Europeia)

Cimeira Ibero-Americana

Por Bruno Oliveira

Entre os dias 13 e 15 de novembro realizou-se, em Cuenca, no Equador, a XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo sob o mote “Inovação, Inclusão e Sustentabilidade”, que contou com a participação do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel. Esta cimeira fica marcada pelo reduzido número de chefes de Estado ou de Governo, apenas seis em 22 Estados, devido à proximidade temporal com a Cimeira do G20 e da cimeira do fórum de Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), com a presença de Joe Biden e Xi Jinping.



O Presidente da República com os restantes chefes de Estado e de Governo (foto: Presidência da República)

No primeiro dia, o Presidente participou no Programa Ibero-Americano de Deficiência e ainda no XVº Encontro Empresarial Ibero-Americano. Ainda nesse dia, à margem da cimeira, Marcelo Rebelo de Sousa encontrou-se com o Rei de Espanha, D. Felipe VI. No segundo dia, o Presidente participou e discursou na Sessão Plenária de Chefes de Estado e de Governo. Na sua intervenção enfatizou três reflexões. A primeira foi dedicada a um mundo em mudança e as suas consequências, a segunda, direcionada para as questões do mundo Ibero-Americano e a terceira, relativa ao que fazer hoje e no futuro. No último dia da cimeira, o Presidente participou no almoço oferecido pelo Presidente do Equador, Daniel Noboa, aos Chefes de Estado e de Governo Ibero-americanos, bem como participou num encontro com a comunidade portuguesa em Quito, acompanhado por Paulo Rangel e pela Embaixadora portuguesa no Equador.



Marcelo Rebelo de Sousa e o MENE reúnem-se com a comunidade portuguesa no Equador (foto: Presidência da República)

Entrevista a Francisco Rocha

O nosso entrevistado deste mês é Francisco Rocha, engenheiro de sistemas Qubes na Freedom of the Press Foundation (FPF), onde também trabalha na equipa SecureDrop. Mestre em Ciências Informáticas, Francisco Rocha participou também no projeto Dangerzone, tendo ainda trabalhado na equipa do QubesOS, no âmbito do projeto BASICS da Internews, pouco antes de se juntar à FPF. Entrevista realizada por Johan Schäfer.

Antes de mais, a primeira pergunta refere-se ao teu percurso. Como é que chegaste ao teu emprego atual?

Eu fui um jovem bastante interessado na questão da privacidade já desde os meus 16 anos. Fui a uma conferência de um festival de cinema de Lisboa e Estoril, na altura em que trouxeram pessoas como, por exemplo, Julian Assange e a Laura Poitras, que criou o documentário sobre o Snowden. Eu na altura estava fascinado com tudo aquilo, e pouco depois dessa conferência comecei a pesquisar sobre privacidade e segurança todos os dias. Ao ponto em que já sabia umas quantas coisas e decidi começar a fazer eventos sobre privacidade e segurança em bibliotecas, e aquilo às tantas torna-se uma coisa um bocadinho maior. Acabei por criar uma associação de privacidade chamada Privacy LX, em que fazemos formações, ou mais, sessões de divulgação sobre a temática da privacidade e como é que as pessoas se conseguem proteger.

Estudei informática, também um pouco no seguimento do meu interesse sobre privacidade e vigilância, apesar de não ser de todo a única maneira de conseguir defender a privacidade, é uma área completamente multidisciplinar, quer seja do ponto de vista da antropologia, da sociologia, da política, das próprias decisões de vigiar a população, ou seja, é uma área multifacetada. Mas eu acabei por ir para a privacidade, aliás, acabei por ir para a engenharia, no Instituto Superior Técnico, e depois especializar-me em cibersegurança. Estando interessado neste tipo de projetos, comecei a usar ferramentas que protegiam a privacidade e depois, às tantas, fui trabalhar para um dos projetos de segurança chamado QubesOS, que é um sistema operativo, uma alternativa ao Windows ou ao Mac, que faz com que os vários programas que nós instalamos sejam, de certa forma, separados uns dos outros. Então, por exemplo, no navegador em que eu accedo a sites aleatórios na internet, não têm acesso aos meus documentos pessoais. Dá mais garantias do que os sistemas operativos normais.

Depois de trabalhar nesse projeto, com uma bolsa de uma organização, que aliás é parte do Governo americano, que se chama Internews, financiados por parte de um departamento que tenta fortalecer o jornalismo. Depois dessa bolsa, decidi acabar o meu mestrado, porque tinha deixado a tese mais ou menos em *stand-by*, como tantos de nós fazem. Após concluir a tese, apareceu esta oportunidade na Freedom of the Press Foundation: concorri e entrei para lá a desenvolver um software que permite que os jornalistas consigam abrir documentos, sem que os mesmos consigam comprometer os seus computadores, do ponto de vista da segurança.



Logotipo da Freedom of the Press Foundation

Consegues descrever a organização e o que ela faz em algumas frases? Estive a pesquisar que vocês por exemplo usam o SecureDrop para receber informação de fontes ou whistleblowers, um software que também ajudaste a desenvolver. Mas antes de mais temos que começar pelos básicos. Porquê é a anonimidade e privacidade máxima das fontes é a absoluta prioridade para um jornalista de investigação? E já agora, o que é isso na tua opinião?

Primeiro tenho que esclarecer que estou aqui a falar a nível individual, ou seja, não estou neste momento a representar a organização. É na minha perspetiva enquanto espectador, porque durante todo o meu percurso estive sempre a olhar para a Freedom of the Press Foundation como uma daquelas organizações que é uma espécie de pilar de proteção da imprensa. Essa é a perspetiva em que eu vou comentar. Portanto, a Freedom of the Press Foundation é uma fundação nos Estados Unidos cujo objetivo é defender a liberdade de imprensa nas suas várias vertentes, quer seja a vertente técnica de um evento de software, que permite que as fontes contactem os jornalistas de forma segura, quer seja do ponto de vista da advocacia, de tentar influenciar leis que protegem os jornalistas e a liberdade de imprensa em geral, ou dando formações de segurança e privacidade para jornalistas, para que consigam proteger melhor as suas fontes e os próprios.

Ainda queres acrescentar mais alguma coisa em relação ao jornalismo de investigação, o que é?

O jornalismo de investigação é uma aquelas coisas que é essencial para qualquer país que considera que esteja numa democracia. Como é que nós, enquanto indivíduos, conseguimos fazer qualquer tipo de decisão, ou escolha, ou eleger sequer deputados, se não sabemos o que é que está a acontecer? É um tipo de jornalismo, os outros tipos de jornalismo também têm o seu mérito, mas este em particular permite que se saiba coisas que alguém não quer que se saiba.

O foco dos artigos nas últimas semanas no site da FPF tem sido a eleição de Donald Trump. Achas que nos Estados Unidos em específico, e no mundo em geral, a liberdade de imprensa ficou verdadeiramente mais condicionada, ou que com as administrações de Presidentes democratas agem da mesma forma quando se toca nos temas realmente flagrantes, como crimes de guerra cometidos por soldados ocidentais, ou publicação de provas sobre a vigilância de massas a que estamos sujeitos?

Bem, eu nisto acho que não posso muito comentar. O que eu posso comentar é aquilo que está público no site, qual é que é a visão, mas é uma organização que se foca mesmo só na sua própria missão, e às vezes há abusos de um lado, às vezes há abusos de um lado, às vezes há abusos de outro lado, mas temos visto que, por e-

xemplo, com Donald Trump, no mandato anterior, houve bastantes abusos contra a imprensa. Aliás, também existe outro projeto da organização que se chama *US Press Freedom Tracker*, que é um projeto que monitoriza crimes ou ataques contra jornalistas nos Estados Unidos. Durante a era anterior de Trump, houve uma espécie de pico nos ataques a jornalistas. É algo real, e muitas vezes descredibilizar os jornalistas, mesmo que não façam diretamente ataques, apesar de eventualmente terem havido uns quantos ataques mais diretos, mais a nível local por parte de entidades policiais. A verdade é que só remover o crédito e falar de *fake news* acaba por erudir um pouco a base de confiança e de certa forma legitima ataques aos jornalistas.

Vamos continuar com os serviços secretos. Para compreender melhor este assunto, no teu entender, quais são causas e consequências da existência dos mesmos na atualidade? Ingenuamente pode-se pensar que agem pelo bem dos Estados, e assim todos nós, garantindo a nossa segurança contra ameaças de todo tipo. Concordas com isso?

Eu acho que isto se relaciona diretamente com o tema da privacidade, porque nós podemos estar a falar de privacidade individual, que é essencialmente as cortinas da nossa vida. Nós escolhemos o que é que mostramos para fora e o que entra para dentro. Os governos também querem ter privacidade. Às vezes dos próprios cidadãos, sob o pretexto de que eles são as melhores pessoas para decidir o que é bom para os cidadãos. E há razões legítimas para ter algumas dessas coisas, mas eu acho que atualmente o que estamos a assistir, um pouco a nível global, é de que não há limites para as justificações para manter as coisas classificadas. Aliás, no próprio Parlamento Português, até estavam a argumentar, espero não estar em erro, que os inquéritos para as pessoas que iam trabalhar na Assembleia da República, como deputados, ou, aliás, os ministros que iam entrar para os ministérios tinham que fazer um inquérito e responder a isso, e isso seria classificado como segredo de Estado. É um exemplo de como as justificações de "isto não deve ser público" vão a um nível que contraria um pouco dos outros direitos das pessoas. Esta ideia surgiu porque houve escândalos. E então, porque houve escândalos, agora vai fazer-se o inquérito. Mas esse inquérito vai ser privado. Eu sou defensor de que, cada vez que o Estado ganha um poder, ou mesmo já com o poder que tem, deve existir um contrapoder, que permite que exista escrutínio. E, sim, de certeza que não faz sentido tudo ser público, mas é importante que as ações desempenhadas pelo Estado sejam ou transparentes ou transparecíveis. O que eu quero dizer com ser transparecíveis é certas coisas que não é claro que sejam do interesse público, por exemplo na administração pública, durante o Covid, as decisões internas das organizações. Obviamente, isso também criaria inúmeros problemas. Mas deve existir uma transparência para que os jornalistas consigam investigar isso. Por exemplo, em Portugal estamos a assistir a uma situação, de certeza que não é uma coisa nova, as entidades públicas são todas muito pouco transparentes. Quando um jornalista pede acesso a documentos, muitas vezes até tem que levar a tribunal a própria entidade, só para ter acesso a documentos que legalmente a entidade é obri-

gada a dar particularmente a jornalistas. Quando se está a falar dos serviços secretos, é ainda mais difícil ter essa conversa, porque aí até existem leis que fazem com que os serviços supostamente tenham de operar com algum nível de secretismo. Só para acrescentar mais um parênteses, no contexto de Portugal, recentemente descobriu-se que, num ano, foram gravadas cerca de 15 mil escutas. Isto é uma coisa que só se soube porque houve escândalos. Descobriu-se que houve políticos que foram escutados durante 4 anos, e coisas assim que são completamente absurdas, que não fazem qualquer sentido existir numa democracia. Uma pessoa pode estar constantemente a ser vigiada e espiada, sem sequer ser avisada, passado algum tempo, depois de já terem feito as investigações, mas também estamos a falar de um país em que a justiça anda muito devagar. Quando se usam ferramentas de escutas, ou algum tipo mais invasivo na vida privada, tem que haver escrutínio. E parece que não houve.

Se compararmos Portugal com a China, como é que estamos em termos de privacidade individual dos cidadãos em geral, e de figuras públicas em concreto? Eu como indivíduo português por um lado e um indivíduo chinês por outro.

Estamos a falar da China, tenho algum contexto, acho que consigo mais ou menos fazer algum tipo de comparação. Há muitas coisas a avaliar no que toca à privacidade individual, porque há vários tipos de privacidade. Por exemplo, há a privacidade interpessoal, que é aquela quando nós estamos a falar com pessoas, se está alguém a escutar-nos, que isso há de ser mais ou menos igual nos vários países. Mas depois existe um outro tipo de privacidade, que é a privacidade do governo e a privacidade das empresas. Na China, há muito pouca privacidade do governo, porque na rua existem câmaras em todo o lado. Estranhamente, essas câmaras só funcionam quando é do interesse do governo. Se acontecer um crime na rua e forem ver as imagens, só se for alguma coisa que é do interesse do governo é que existem. Mas em Portugal também para lá caminhamos. As interações na vida real estão a ser monitorizadas. Comparando Portugal com a China, em termos de liberdade individual e privacidade, eu diria que estão em níveis diferentes. Na China, por um lado, as principais preocupações que as pessoas poderiam ter, se fossem conscientes, do mundo exterior e informadas, seria com o governo. Porque é quem lhes está a meter a bota em cima e quem lhes impede de realmente ter melhores condições. Aliás, foi o que se viu quando o Mao Zedong tomou o poder, não é? Toda a gente viveu na pobreza e depois os outros mais lá para a frente simplesmente permitiram que houvesse algum tipo de liberdade económica e parece que as pessoas, se têm a oportunidade, realmente conseguem fazer qualquer coisa. Mas, o que estamos a assistir desde já há bastante tempo na China é do escrutínio completo de toda e qualquer interação humana. Todas as aplicações que as pessoas podem usar na China são monitorizadas. Aplicações externas de chat não podem operar na China ou quando operam na China têm que ter servidores na China e o governo chinês tem que ter acesso às chaves de encriptação. O governo fica a saber tudo o que as pessoas fazem. Em Portugal, não temos ameaça do governo, temos ra-

zoáveis liberdades individuais, mas no que toca a estarmos protegidos de vigilância de gigantes tecnológicas ou de anúncios online, não temos qualquer tipo de proteção. Sempre que nós acedemos a um site, e eu não quero que as pessoas se inibam de aceder à internet, mas sempre que acedemos a um site utilizando as ferramentas mais básicas que a gente utiliza, os sites sabem que nós estamos lá, sabem o que é que nós estamos a fazer, sabem os sites e sabem todas as outras empresas com quem partilham os dados. Nesse sentido, diria que vivemos tanto na China como em Portugal numa distopia. A diferença principal é que, enquanto na China é do lado do Estado, em Portugal (ou no Ocidente) é do lado das grandes empresas. Não estou a dizer que na China não existe a vigilância também comercial. O poder da vigilância em Portugal não está tanto do lado do Estado no que se toca à vida normal que as pessoas têm, não tem tanto controlo sobre as vidas individuais das pessoas como as gigantes tecnológicas têm. Eu digo isto em Portugal porque, por exemplo, nos Estados Unidos não é exatamente a mesma coisa. Nós sabemos, através das revelações de Snowden, de que o governo americano tem acesso ao que as gigantes tecnológicas recolhem. Aqui, as gigantes tecnológicas só cooperam com a polícia quando é feito um mandado judicial ou é feito algum tipo de pedido formal. Não é um acesso direto e indiscriminado às conversas pessoais de todas as pessoas em todo lado.

Então pode-se dizer que comparando diretamente a China e os Estados Unidos, enquanto aqui nos gostam de fazer crer que na China é tudo muito mau onde as pessoas são completamente vigiadas, controladas pelo Estado e nos Estados Unidos ou no Ocidente existe liberdade isso é tudo um pouco hipócrita?

É e não é, porque a liberdade ainda existe. Se o Estado tiver mesmo problemas contra algum indivíduo tem mais ferramentas hoje em dia do que alguma vez algum governo autocrático teve. E no próprio nos casos dos Estados Unidos nós sabemos que muitas vezes a vigilância é feita por fins políticos. Houve um grupo de cidadãos que invadiu um escritório do FBI e descobriram que 70% dos casos que eles tinham era vigilância política. Não era para fins de perseguir crime, era pessoas como por exemplo o Martin Luther King, considerados dissidentes. Essa é sempre a grande questão. É que ao nós estarmos a dar poderes aos governos para nos vigiarem, nós ao mesmo tempo estamos a dar poderes a quem pior nos pode fazer. É um pouco a comparação do terrorismo. Se nós formos a pensar no terrorismo, é uma coisa absolutamente horrível, mas o maior problema do terrorismo é a resposta que os próprios países podem dar, porque quem faz terrorismo não tem os recursos de realmente causar danos a sério. Pode causar danos emocionais, pode matar pessoas, mas não consegue fazer violência à escala do que os governos conseguem fazer. Atualmente estamos a viver num mundo cheio de guerras e ninguém anda a dizer "são terroristas". São governos que estão em atividades militares e ativamente a fazer muito pior do que a soma total de todos os ataques terroristas que já aconteceram no mundo. É sempre importante não esquecermos que os governos têm mais poder e é preciso combater esse poder com contrapoderes.

Gostava de introduzir o conceito de Deep State. Um Estado que pode ser classificado como Deep State é onde a combinação do exército com os serviços secretos tem tanto poder que conseguem influenciar tudo. São eles que controlam o poder político e não ao contrário, ou seja em eleições a população só consegue fazer pseudo-escolhas. Como é possível ultrapassar isto? Porque a partir do momento em que existem estas estruturas é muito difícil combatê-las e tentar devolver o poder aos políticos que lá estão eleitos.

É um problema que existe desde que há democracia, supostamente existe a tripartição dos poderes e depois o quarto poder que é a imprensa e também a parte militar está um pouco associada ao poder executivo. Noam Chomsky bem falava que essencialmente nos partidos nos países que não são democráticos verifica-se propaganda e censura, mas nós também temos o nosso tipo de propaganda que é quando existe corrupção dos media, portanto eu diria que não precisa só de ser esse *deep state* também pode haver outros órgãos acessórios que estejam fora do poder dito como principal. Uma questão fundamental é como nós conseguimos sair desse tal *deep state*, como conseguimos sair do que essencialmente é uma ditadura. Eu acho que não há outra forma de ver isso do que uma ditadura, pode ser chamado democracia pode ser chamado o que for, mas se existe uma concentração tal do poder em que a população não consegue fazer escolhas informadas, não consegue ter acesso a informação, as pessoas não conseguem. Se quem estiver a criar problemas para aqueles que estão no poder pode ser imediatamente silenciado, estamos perante o uma ditadura e para isso existem existem investigadores como o Gene Sharp que esteve no Albert Einstein Institute. Eles estudam a transição de ditaduras para a democracia, é toda a sua própria área. Quando já se está nesse ponto, é preciso arranjar estratégias para conseguir remover o poder, através de escrutínio pelo jornalismo. O que eu defendo é tentar não dar esse tipo de ferramentas ou não permitir que cheguemos a uma situação tal em que é muito difícil de sair.

Gostava ainda de fazer uma pergunta sobre os *media mainstream*. Olhando para a população, a esmagadora maioria das pessoas apenas informa-se através dos canais mais conhecidos. Isso é perfeitamente humano, mas consideras que para sermos pessoas verdadeiramente informadas temos de nos informar em várias línguas ou tentarmos uma combinação entre os *mainstream* com menos conhecidos para alcançarmos uma opinião diferenciada? Achas que os *media mainstream* no passado, em temas que foram muito importantes para a sociedade como a pandemia Covid, guerra da Ucrânia, fizeram um trabalho esclarecedor?

Na minha opinião pessoal, temos de pôr em contexto onde é que os media existem no panorama atual. Desde o surgimento da internet que o modelo de negócio dos jornais foi por água abaixo. Agora estão a experimentar com subscrições, mas descobriram que anúncios da internet davam relativamente pouco dinheiro, que não é suficiente para pagar jornalismo a sério. Falando do caso português, em que a audiência potencial é muito pequena, órgãos internacionais já não têm essa dificul-

dade, mas no que toca a nichos de mercado é difícil fazer com que uma coisa seja sustentável. Com as pessoas a pagar indiretamente através de anúncios é complicado, já para não falar toda a vigilância que os órgãos mediáticos fazem às pessoas que estão a ver os seus sites ou a usar as suas apps. Em relação ao consumo de notícias eu diria que o melhor é uma dieta variada. É um pouco difícil hoje em dia, porque o modelo de negócio não está viável, mas eu considero que os próprios *media mainstream* por causa disso têm menos recursos para fazer mais trabalho de qualidade. Nesse processo é quase como se estivéssemos subnutridos intelectualmente, estamos todos à procura de alguma informação de qualidade mas por exemplo quando olhamos para a maior parte dos media, muitas vezes apenas reproduzem notícias da Lusa. Relativamente ao pouco do trabalho que é realmente original, não há meios mesmo que haja bons jornalistas é difícil terem recursos suficientes para fazerem o seu trabalho. Estamos a falar de uma situação em que o jornalismo é uma profissão que exige na sua maioria um curso superior e no entanto os salários são equiparáveis a outros sem curso superior, portanto pergunta-se um pouco porque é que as pessoas foram estudar jornalismo? Têm mesmo paixão pela coisa ou então se calhar vão trabalhar por exemplo em comunicação que, para as vossas áreas até é uma coisa boa, mas a meu ver, não querendo ofender ninguém, é influenciar a população e controlar a narrativa para os próprios interesses da organização ou empresa que defendem. Para mim é um pouco o contrário do que é suposto o jornalismo ser.

Estás a falar da área de marketing e publicidade?

Exatamente.

Temos por um lado o jornalismo financiado pelo Estado que depois está sempre sobre influência política ou então o jornalismo privado...

O jornalismo estatal não precisa de estar sobre influência direta política.

Mas achas que existe uma possibilidade de o Estado financiar um *media* qualquer sem haver ao mesmo tempo controlo sobre o mesmo?

Falando em termos abstratos concordo perfeitamente, só que isso tem que ser feito ao nível da constituição. Por exemplo recentemente assistimos a uma situação em que o poder político queria reduzir receitas à RTP. Como é que eles conseguiam reduzi-las? Podiam fazer uma lei que os impedia de receber receitas da publicidade, por isso só teriam o financiamento que as pessoas estão a pagar através da luz. Para mim acho que já é uma vulnerabilidade, depois não assisti ao desfecho dessa situação, mas não deve poder haver qualquer tipo de poder político sobre o jornalismo financiado pelo Estado. Depois o receio é de que o poder político escolha as narrativas que quer. Acontece com os dinheiros das juntas de freguesia e câmaras municipais, ou mesmo da própria direção-geral de saúde, que financiavam campanhas sobre a sensibilização para a pandemia. Existe a questão: quando dão esse dinheiro, tem que ser distribuído de forma justa porque senão há a possibilidade de apenas darmos dinheiro àqueles que falam da nossa mensagem.

Quando existem eventos da câmara municipal, existe uma parceria com os jornalistas ou jornais. Para mim introduz conflitos de interesse que não podem fazer parte da profissão.

Falámos agora sobre os problemas dos media financiados pelo Estado e também dos privados, com o inerente conflito de interesses através da publicidade e do tracking nos sites. A terceira via seria jornalismo financiado pelos próprios leitores. Achas que isso em larga escala para a sociedade atual em Portugal ou no Ocidente é uma via realista?

Não sou expert em economia nem tenho um negócio de notícias, mas gosto de acreditar que essa é a solução ou pelo menos parte da solução. Os medias foram financiados durante muito tempo com anúncios, conseguia-se garantir alguma independência mas a questão é que a partir do momento em que começam a fechar a torneira, a independência já não é assim tanta. Fazer jornalismo de investigação que realmente critica uma empresa, faz com que ela tenha menos apetite para financiar esse jornal com anúncios. Eu diria que para haver jornalismo verdadeiramente independente, parte da solução tem que ser as pessoas estarem dispostas a financiá-lo. Senão eles não vão ser os clientes, mas sim o produto. É o mesmo problema com a vigilância na internet: não pagamos por nada, por isso nós acabamos por não ser os clientes, mas sim os produtos. Como eu gosto de dizer não são os utilizadores, são os utilizados.

Ainda bem que já falas nisso, porque leva-nos ao próximo tema. É um conceito extremamente importante: o *surveillance capitalism* (ou em português capitalismo de vigilância). Para quem nunca ouviu falar nisto, consegues explicar do que se trata?

O capitalismo de vigilância é simplesmente a última inovação do capitalismo. O que o mesmo faz na sua essência é: encontra um recurso e diz que até dava para fazer qualquer coisa, é grátis. Está aqui um pedaço de petróleo, se calhar até dá para fazer qualquer coisa, extrair e criar uma cadeia de produção para aumentar o valor desse recurso natural, para depois vender o produto aos vários níveis da cadeia de valor. O capitalismo de vigilância não é nada de novo na fórmula essencial, só que a diferença é que a matéria-prima não está na natureza, ao nós utilizarmos sites e aplicações, praticamente têm sempre ferramentas ou mini programas que estão a correr e monitorizam tudo o que nós estamos a fazer para depois enviar para um servidor central. Enviam para a empresa que está a recolher esses dados, há muitas empresas: quando estamos a navegar num site e aquilo diz que partilha com 1590 parceiros. São essas empresas todas que recebem esses dados. Depois existe uma cadeia de valor, cujo objetivo é tentar fazer algo com esse comportamento humano. Eles sabem quem é a pessoa e conseguem juntar com outros dados. Por exemplo, usávamos uma aplicação de lanterna e ela roubava-nos os nossos contactos e enviava para o desenvolvedor principal. A seguir, estávamos a usar outra aplicação que conseguia aceder às fotos, enviavam-nas para as analisar. Outras empresas agregam esses dados e fazem um perfil composto e minucioso sobre cada um de

nós, até que chega um ponto em que tem uma coisa que realmente é útil. O petróleo por si próprio também não é útil, mas sim quando transformado em gasolina. Os nossos dados transformados numa versão particular sobre quem é que nós somos, do que gostamos e o que queremos permite criar um modelo que nos permite sermos influenciados, e tudo isto sem nós repararmos. A maneira mais básica de nos influenciar é mostrarem anúncios sobre coisas das quais acham que vamos gostar, nas alturas do dia em que estamos mais predispostos a não ser críticos, de inúmeras maneiras que nós nem sequer fazemos ideia. Todo o objetivo do capitalismo de vigilância é usar o comportamento humano para fazer previsões e aparentemente dá muito dinheiro. Atualmente já nem existe alternativa, por alguma razão toda a indústria foi neste sentido. Pessoalmente acho que é debatível a própria eficácia dos mecanismos de vigilância, porque ao início brincaram um bocadinho com alguns modelos de negócio, mas o capitalismo de vigilância foi aquele que floresceu e traz algum tipo de lucro. Às vezes existe outro tipo de maneiras, com os dados de localização, há um monte de maneiras de fazer dinheiro com o comportamento humano. A questão é: será que alguma destas coisas é ética ou será que foi uma daquelas coisas que antigamente ninguém estava disposto a vender, porque seria chocante e um desrespeito para com todas as pessoas que estão a utilizar uma aplicação? Hoje em dia parece quase que quem faz isso até é premiado, aliás os Zuckerbergs da vida, e o pior de tudo é que é tão smart que nós não reparamos em nada do que é que está a acontecer.

Na minha perspetiva, a questão central em termos de privacidade é a falta de conhecimento que as pessoas têm e é chocante. Toda a gente está horas e horas todos os dias online, mas quase ninguém tem sequer uma ideia de como a internet funciona, que caminhos os nossos dados percorrem, etc...

Se puder fazer só um comentário, eu não colocaria a culpa no desconhecimento das pessoas. Acho que deve existir uma base que permite às pessoas terem a sua vida sem estarem constantemente a ser violadas digitalmente. Quando entramos numa loja, temos certas expectativas sobre as coisas que as lojas podem ou não fazer, existem autoridades que inspecionam e parece que os comerciantes têm uma espécie de entendimento sobre o que é aceitável ou não. Se entrarmos numa loja e chegasse um segurança e nos apalpasse todos, é uma violação física. A grande questão do capitalismo de vigilância é o que acontece quando as pessoas não sentem que estão a ser apalpadas, porque quando navegamos na internet, o facto de aquilo ter a vigilância que tem é o grande problema. O facto de ser aceitável vigiar as pessoas e elas nem sequer o sentirem. É uma questão de legislação e cultura. A legislação tem que impedir que existam maus comportamentos quando eles ocorrem, mas a cultura que é não se fazem coisas inaceitáveis numa sociedade sã, só que vivemos numa sociedade que não é sã, em que uns fazem mal aos outros sabendo que estão a fazer mal. Parece que quem faz mal a outras pessoas recebe prémios, chega aos topes das carreiras. Quem está na sua vida a tentar a tentar manter-se longe desse mundo sujo que é o capitalismo de vigilância acaba por não ter o mesmo tipo de sucesso.

O problema é que os processos de legislação são tão demorados e influenciáveis, que comparando com as inovações tecnológicas e as coisas novas que aparecem todos os dias na internet, uma coisa não acompanha a outra de todo. É extremamente difícil haver legislação que acompanhe os desenvolvimentos tecnológicos. Achas que para além disso devemos ter em conta a via da educação, tentar conscientizar as pessoas, especialmente as crianças, do que é a internet como é que funciona? Mostrar que existem alternativas às big tech, aplicações de código aberto que invadem menos a nossa privacidade? Para tudo o que usamos no dia-a-dia há alternativas, só que são pouco conhecidas.

A solução para este problema, que para mim é o maior do século XXI, porque não há democracia que se aguente com vigilância permanente. Não há ninguém que consiga chegar a político se tudo está publicado e se alguma empresa sabe tudo o que a pessoa alguma vez fez. A educação é uma parte importante, mas mais até a sensibilização. Nenhuma ideia chega ao nível político ou faz com que os representantes realmente queiram saber disso se não for uma coisa que esteja na consciência da população. Infelizmente a legislação não funciona com base no que é necessário, mas sim com o que as pessoas acham que é necessário ou com o que lhes dizem ser necessário.

Pelas grandes empresas.

Exatamente, tem de haver uma massa crítica de profissionais nas mais diversas áreas que tenham consciência de que isto é um problema e consigam apontar o dedo quando vêm que existe algo de errado. Depois vêm ser as tais pessoas que vão estar quer do lado das empresas a implementar sistemas, que têm algum tipo de preocupações com privacidade ou que estão a trabalhar no lado da legislação e que não se sentem confortáveis com certas coisas. Se tais pessoas existirem, podem romper isto. Também é uma questão jurídica: não se pode permitir que pessoas que abusam de outras pessoas façam isso de forma impune.

Vamos abordar a vigilância no mundo físico. No dia-a-dia, quando andamos nos autocarros, nos aeroportos, etc. vemos em todo o lado sinais a avisar-nos que "este local, para sua segurança, está a ser vigiado". O que é que tens a dizer em relação a isso?

O tema da videovigilância é um daqueles temas nos quais estou bastante interessado. Em colaboração com a D3, a organização de Defesa dos Direitos Digitais em Portugal, fizemos em 2021 um parecer à Assembleia da República sobre quando estavam a tentar reformular a lei da videovigilância. Se as pessoas acham que a videovigilância reduz o crime, isso não está provado. Apesar de toda a gente assumir que isso é uma coisa completamente banal e óbvia, não é necessariamente verdade. E é absolutamente chocante como é que, quando essa terceira ou quarta alteração à lei de videovigilância em Portugal foi proposta, a razão foi porque há novas tecnologias. Então, cria-se uma lei não porque há necessidade de resolver alguma coisa, mas porque há novos brinquedos. Há novos brinquedos tecnológicos que, su-

postamente protegem as pessoas, pelo menos as empresas que nos estão a tentar fazer passar esta lei. Temos de assumir que se verificou algum lobby e existe muito dinheiro a fazer com contratos públicos de vigilância. E então é absolutamente ridículo estarmos completamente vigiados no nosso dia-a-dia sobre um pretexto falso. Segundo a lei, todos os sítios que têm videovigilância em espaços de acesso ao público têm que ter umas placas a dizer "para a sua proteção, este local está sob videovigilância". Para a sua proteção? Primeiro, como é que aquilo nos vai proteger? A câmara vai chegar lá com uma arma e apontá-la a quem nos está a tentar fazer mal? Não entendo só essa parte. É óbvia e não faz qualquer sentido. No entanto, conseguiram vender bem a propaganda às pessoas, então agora já nem sequer se importam de estar a ser vigiadas, porque pôr isso em questão implicava pôr em questão a nossa presença em todo o lado. Um facto curioso é que a razão pela qual existem câmaras de vigilância em todos os espaços de acesso ao público, espaços comerciais, é porque o Regulamento Geral de Proteção de Dados, uma lei europeia de cerca de 2018, dizia que tem o princípio da autorregulação. Portanto, quem instala ferramentas de vigilância deve-se autorregular. Ou seja, são eles próprios a verem se têm critérios para poder pôr videovigilância. Antes disso, em Portugal era a Comissão Nacional para Proteção de Dados (CNPD) que tinha que emitir ou um sim ou não. A partir desse momento, qualquer entidade: "eu preciso de pôr câmaras, vou pôr câmaras". Consequentemente, chegámos à situação atual: entramos em qualquer loja e está cheio de câmaras, montes delas até conectadas à internet, e quase que podemos ter a certeza que estamos a ser *live-streamed* para um site qualquer. Para ferramentas como estas, que não requerem consentimento das pessoas, tem de haver um contrapoder. Cada vez que querem vigiar as pessoas, têm que ter elevado escrutínio, regras de instalação, o parecer da entidade que é suposto fiscalizar. São armas demasiado poderosas que, para além de nem sequer atingirem o propósito para qual são instaladas, estão a criar todo outro conjunto de problemas de que ninguém fala. Outra situação, abusos laborais: o patrão usou as câmaras de vigilância para andar a monitorizar os trabalhadores enquanto não estava lá para depois a usar isso contra eles. Apesar de tecnicamente os espaços de trabalho não poderem ser vigiados com câmaras de vigilância. No entanto, em serviços, não há bem essa escolha, porque a pessoa está a trabalhar num espaço que é de acesso ao público. Uma situação a que eu assisti, que foi bastante triste, em que uma pessoa morreu de ataque cardíaco numa loja. Os donos andaram a mostrar a todas as pessoas que foi lá a morte da pessoa, incluindo à própria polícia. E devo dizer que as pessoas que são responsáveis pelas gravações legalmente não podem partilhar as gravações, a não ser que seja com a polícia. A polícia estava lá, de braços cruzados, a assistir àquilo. Ninguém pensa sobre isto, única coisa que as pessoas pensam é quando diz no noticiário que já pediram os dados, já pediram as gravações de um assalto. Imaginemos um sistema no qual as coisas correm bem, para o lado da vigilância? Alguém foi apanhado por causa da gravação das imagens. É notícia. Mas todas as violações de privacidade e abusos que existiram, ou seja, os milhares de pessoas que passaram por aquela câmara de vigilância, não são notícia. Estamos atualmente num ponto na sociedade em que já não conseguimos andar de um lado

para o outro sem ficarmos com a nossa cara gravada, algures num disco rígido. E mesmo que aquilo seja só durante 30 dias, que garantia é que temos de que não permanece lá? Que garantia é que temos que aquilo não está a ser enviado para um servidor qualquer na China ou no outro lado qualquer? Que garantia temos que não estão a correr software de reconhecimento facial e adicionaram à base de dados de que nós passámos por ali àquela altura ou que estávamos com certas pessoas? O último ponto que eu gostava de referir é quando nem sequer estamos a falar de videovigilância, mas estamos a falar de vigilância na rua feita por outros propósitos, também relacionado com o capitalismo de vigilância. Aqueles cartazes publicitários, no metro de Lisboa há uns que se chamam Tomi, em que as pessoas às vezes até tiram fotografias, aquilo tem camerazinhas em cima. É para saberem quantas pessoas é que olharam para os anúncios. E durante a pandemia, esta empresa estava-se a gabar nas redes sociais de que usavam os seus sistemas avançados de reconhecimento de imagem para detectar quando é que as pessoas não estavam a usar máscara e mostraram uma mensagem para as pessoas a usarem. Ainda por cima informavam a polícia quando detetavam um ajuntamento mais do que o número de pessoas que era legalmente permitido. Portanto, temos uma empresa privada a fazer videovigilância sem declarar que é videovigilância, com câmeras ligadas à internet, a fazer policiamento. Isto é o melhor exemplo de como é que este tipo de tecnologia, se não completamente banido, tem que ser altamente regulado.

Depois desta entrevista de certeza que há leitores que ficaram interessados em dedicar-se mais a este tema, que perceberam ser extremamente importante. Tens algum site, projeto, canal de Youtube ou seja o que for, acessível para iniciantes e que recomendas?

Aqui em Portugal sou presidente de uma associação que defende a privacidade e que se chama Privacy Lx, o site é privacylx.org e costumamos fazer eventos na zona de Lisboa. Recentemente temos estado mais ocupados, mas se tiverem interesse podem vir a um dos eventos ou seguirem a D3, que é o site da associação Defesa dos Direitos Digitais. Nos workshops, focamos-nos em fazer atividades sobre como é as pessoas conseguem proteger a liberdade individual, enquanto que a D3 está mais focada em como é que conseguimos influenciar o processo legislativo, é mais da perspectiva do ativismo. Se tiverem interesse a nível individual em proteger-se há um projeto bom chamado privacyguides.org infelizmente acho que não tem em português mas apresenta uma série de ferramentas para conseguirem proteger a vossa privacidade no dia-a-dia e que em parte foi por aí que eu comecei: vendo ferramentas e experimentando. Uma coisa que devo deixar à audiência é que não é preto no branco: há ferramentas a nível individual e que podem instalar. Há outras por exemplo como o Signal, que é a aplicação de mensagens que eu utilizo. Aliás até foi uma das pessoas que fundou o WhatsApp e, arrependido de o ter vendido ao Facebook ajudou a financiar este outro projeto. É uma aplicação que instalam e usam como qualquer outra, é possível que tenham poucas pessoas lá ao início, mas isto é uma batalha a longo prazo. A sugestão que eu posso deixar é tentarem trazer os vossos contactos para lá, começando por quem vos é mais próximo. De resto é só

tentar manter a calma e alguma sanidade mental, tendo noção de que vivemos num mundo completamente distópico do ponto de vista da vigilância. Apesar de tudo, acho que há algum tipo de esperança, começando em ter a noção do que é que está a acontecer para conseguir contribuir para soluções de que precisamos.

Última questão: já tentaste dar um pouco de esperança neste mundo tão distópico e bastante deprimente, porque muitos dos tópicos abordados são negativos. Por isso pedia-te para terminar com algumas palavras positivas, para crermos que o mundo apesar de tudo não é assim tão mau e que no futuro poderá melhorar.

Eu sou aquele tipo de pessoas que pode estar o mundo a acabar e vou estar com um sorriso na cara a tentar procurar soluções ou a falar dos problemas. Mas isso sou só eu, portanto em termos de palavras de esperança, acho que não existe qualquer tipo de futuro para a democracia se não existir privacidade. Não há maneira de sermos livres de fazer as nossas próprias escolhas, se tudo o que escolhemos ou pensamos é vigiado. A única solução é tentar evitar um desfecho catastrófico. Podemos fazer isso tendo noção do problema, falando com as pessoas à nossa volta, entendendo que muitas vezes os tribunais estão do nosso lado. Em relação à maior parte dos abusos de vigilância, já existem leis que conseguem colmatar ou evitar, é só questão de fazer uso disso. Quer seja por litígio estratégico, quer seja por se juntarem a uma organização que defende privacidade ou mais amplamente direitos digitais. É só uma questão de ver o copo meio cheio e não ver as coisas como inevitáveis. Sim, é um modelo de negócio que está a levar à ruína o jornalismo como o conhecemos, mas não é algo que seja inevitável e estamos provavelmente numa das melhores situações para conseguir contrariar isso. Vivemos numa democracia em que ainda temos liberdade de imprensa e razoáveis liberdades individuais para conseguir abordar esta questão e num continente (ou pelo menos numa união) na qual vemos os direitos humanos como algo que seja bom ou no mínimo desejável. Acho que não existe melhor situação do que aquela em que nos encontramos hoje, para endereçar grande parte dos problemas. É só questão de termos tempo suficiente e conseguirmos levar as nossas carreiras no sentido de fazer aquilo que realmente nos motiva. Faz sentido para o mundo concretizar a ideia de proteger os direitos humanos fundamentais.

Protestos em Moçambique

Por Dario Vargas

No dia 9 de Outubro, Moçambique foi às urnas para eleger um novo presidente e parlamento, com a FRELIMO, partido de governo desde a independência do país em 1975, a declarar uma clara vitória sobre os demais concorrentes, em particular o partido PODEMOS de Venâncio Mondlane e a RENAMO, historicamente o maior partido da oposição e antigo combatente contra o governo durante a Guerra Civil Moçambicana mas que obteve apenas 5% dos votos. Contudo, as eleições foram marcadas por acusações de irregularidades por observadores da UE e do Instituto Internacional Republicano, uma instituição financiada pelo governo dos EUA.

No rescaldo das eleições, Mondlane rejeitou os resultados como “tremendamente e absurdamente falsos”, negando que “refletem a vontade do povo”. Adicionalmente, o candidato do PODEMOS convocou para dia 21 de outubro uma greve geral no país, atos que levaram à sua convocação pela Procuradoria-Geral por alegadas “violações da Constituição Moçambicana”.

As tensões escalaram durante o mês de outubro, com o assassinato no dia 18 de Elvino Dias e Paulo Guambe, dois membros proeminentes do PODEMOS, e com a eclosão de vários protestos por todo o país como parte da mobilização convocada por Mondlane. Segundo a organização de direitos humanos *Human Rights Watch*, durante os tumultos pós-eleitorais, as forças de segurança moçambicanas mataram 30 pessoas e feriram centenas de outras, com fortes acusações de brutalidade policial e repressão política. Portugal condenou os assassinatos dos dois membros do PODEMOS, admitindo “preocupação pelos acontecimentos trágicos em Moçambique” e pedindo às autoridades para salvaguardar “a paz social e a democracia”.



Mulher segura latas de gás lacrimogêneo lançado pela polícia moçambicana durante um protesto em Maputo (Foto: Reuters/Siphiwe Sibeko)

No dia 28 de outubro, Mondlane, que abandonou o país e que se encontra supostamente em Amsterdão, chamou, durante uma transmissão em direto na rede social *Facebook*, por um “Governo de Unidade Nacional”, constituído pela oposição moçambicana, que formasse uma “frente unida” contra o governo da FRELIMO.

A violência continuou em novembro, com o país a presenciar os maiores protestos alguma vez realizados contra a FRELIMO no dia 7 de novembro, com 3 pessoas mortas e 66 feridas durante confrontos entre a polícia e os manifestantes. Conforme reportado pela agência de notícias *Reuters*, o ministério do interior moçambicano defendeu as ações das forças de segurança como “necessárias para restaurar a ordem pública”.

Como consequência do escalar da violência no país, a vizinha África do Sul fechou temporariamente, durante os dias 6 e 9 de novembro, o porto de entrada de Lebombo, principal posto fronteiriço entre os dois países, citando “o interesse de segurança pública”.

Recentemente, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) convocou uma reunião extraordinária entre os dias 16 e 20 de novembro para discutir a instabilidade política a deflagrar no país.

Cheias em Valência: catástrofe e tensão

Por Rodrigo Fialho

Na terça-feira (29) do passado mês de outubro, iniciou-se um período de extrema precipitação na região de Valência. Em consequência, centenas de pessoas perdem a vida, agigantam-se os danos materiais e o Governo espanhol é colocado entre a espada e a parede.

Eram 07h31 de terça-feira quando os serviços meteorológicos emitiram o aviso vermelho, o mais grave, para a província de Valência. Só a partir das 15h00 o Governo Regional elevou os níveis de alerta da população civil em algumas comarcas. Carlos Mazón, presidente da Comunidade Valenciana, declarou por volta das 13h00 que “a tempestade avança neste momento em direção à Serranía de Cuenca. Pelo que se prevê, a sua intensidade deve diminuir por volta das 18h00”. Estavam lançados os dados para uma catástrofe.

Ao longo das horas e dia seguinte, viriam a acumular-se quase 500 litros de água por metro quadrado nas áreas mais afetadas, conforme informa a Agência Estatal de Meteorologia de Espanha (AEMET). Choveu o equivalente a um ano em oito horas.

De momento, estão confirmados mais de 200 mortos. Não existe número oficial de desaparecidos, embora se estime que ascenda aos dois milhares. No total, 325 pessoas foram afetadas. A Câmara do Comércio de Valência relata 4500 estabelecimentos comerciais maltratados; 1800 dos quais completamente destruídos. Para além de várias pontes que caíram e autoestradas que estiveram intransitáveis, 240 mil pontos de abastecimento de eletricidade e 550 mil linhas telefónicas foram danificadas.

Novidade ou produto das alterações climáticas?

O fenómeno climático ocorrido em Espanha é conhecido por DANA (Depresión Aislada en Niveles Altos) ou “gota fria”. Dá-se quando uma massa de ar polar isolada começa a circular em altitudes muito elevadas e colide com ar mais quente e húmido, típico do Mar Mediterrâneo no final do



Impacto das cheias (foto: Correio da Manhã)

verão, o que desencadeia tempestades que originam grandes quantidades de precipitação em pouco tempo.

É recorrente que este fenómeno atinja o país entre o outono e o inverno. Por outro lado, Friederike Otto, diretora da *World Weather Attribution* no Centro de Política Ambiental do Imperial College de Londres explica que as temperaturas anormalmente altas da superfície do mar, tornadas muito mais prováveis pelas alterações climáticas causadas pelo homem, e o aquecimento da nossa atmosfera têm um impacto direto na quantidade de chuva que estas tempestades podem conter. Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, fala na "realidade dramática das alterações climáticas"; porém, vozes céticas ecoam o passado.

De facto, a província espanhola foi vítima, ao longo da História, de chuvas extremamente fortes. A mais grave data de 1517, que provocou o desabamento de centenas de casas. A precipitação intensa durou cerca de 40 dias e o evento foi comparado ao episódio bíblico da Arca de Noé. Nos séculos vindouros os valencianos projetaram obras para conter a força das águas e evitar que o rio Túria transbordasse.

No ano de 1957, 75% da cidade ficou submersa, pelo que começou a ser estudado desviar o curso do rio. Entretanto, o rumo do seu leito foi direcionado para sul da cidade. Não foi suficiente.

A organização académica *World Weather Attribution*, especializada em medir o impacto das alterações climáticas em eventos extremos, apontou que as chuvas que atingiram a Espanha foram 12% mais intensas graças às anteriores. Informa ainda que as chances de este evento ocorrer foram duplicadas.

Motivos por detrás da dimensão da catástrofe

Podemos falar em 4 fatores principais que explicam os eventos do passado mês. O mais óbvio é a quantidade extraordinária de precipitação. José María Bodoque, investigador especializado em avaliação de risco de inundaçao, da Universidade de Castilla-La Mancha, informa que "as chuvas saturaram rapidamente os solos, dando origem a inundações repentinhas em rios, canais e avenidas (...) o que limitou o tempo de resposta".

Outro fator explicativo é o alerta tardio. Na zona mais afetada, Valência, o alerta por SMS só chegou às 20h00 – mais de 12 horas depois da emissão dos avisos por parte das autoridades meteorológicas. O climatologista António Olcina lamenta: "As pessoas continuaram a sua vida normal e havia muita gente exposta, a circular em ruas e estradas, ou em casas baixas, quando se deveriam ter abrigado ou mesmo deixado algumas áreas." Muitos morreram afogados em parques subterrâneos por terem ido tentado resgatar os seus carros.

A questão do planeamento urbano desorganizado também merece atenção. Trata-se de um problema histórico de ocupação do território da costa mediterrânea espanhola. Naquela que é uma das regiões mais densamente povoadas e turísticas do país existem muitos cursos de água sazonais, geralmente secos, mas expostos a possíveis inundações ocasionais em que foram construídos os bairros em que atualmente habitam milhares de pessoas.

Resta o elemento de mais difícil resolução, as alterações climáticas, esmiuçadas na secção acima.

Governo desacreditado: Rei e Primeiro-Ministro insultados

Aquando do primeiro domingo (3) de novembro, o Rei Felipe VI e a sua mulher, a rainha Letízia, o Primeiro-Ministro Pedro Sánchez, e o Presidente do Governo valenciano Carlos Mazón realizaram uma visita a Paiporta, uma localidade fortemente afetada pela tempestade DANA. A receção não poderia ter sido pior.

A rainha foi rapidamente encaminhada para o carro, enquanto o marido e os restantes políticos tentaram acalmar os populares. Ouviram-se gritos e foi-lhes atirada lama, tendo-se o rei abrigado debaixo de uma guarda-chuva. Os cidadãos exclamaram coléricos: "Fora daqui!", "Peçam ajuda, já!", "Assassinos!", "Morte ao presidente!" e até mesmo "Filho da puta!", referindo-se a várias das individualidades. A comitiva real não prosseguiu à realização da visita posterior.

A catástrofe e o respetivo atraso no envio dos alertas à população, na opinião do climatologista Olcina, demonstra "que o modelo de Estado autónomo adotado na Espanha não dispõe de mecanismos bem alinhados para lidar com uma emergência desta magnitude".

Noutra frente, Yolanda Díaz, Ministra do Trabalho, juntamente com os sindicatos, exortou à responsabilidade das empresas pela segurança dos seus trabalhadores. Lembrou que a Lei estabelece o direito ao trabalhador de "interromper a sua atividade e abandonar o local de trabalho" quando considerar que há "um risco grave e iminente para a sua vida e saúde", isto em sequência da informação de que várias pessoas ficaram presas horas a fio em autoestradas.

Emiliano García-Page, presidente do governo regional de Castilla-La Mancha – político socialista, assim como o Governo Central –, garantiu que Espanha melhorou muito os serviços de emergência e proteção civil em caso de catástrofe e que a coor-



O Rei na sua visita a Paiporta (foto: Expresso)

denação entre os diversos níveis de administração funciona. Estiveram presentes mais de 7000 militares nas zonas afetadas pelas cheias e 10 mil elementos da Polícia Nacional e Guarda Civil, configurando o maior dispositivo de forças do Estado alguma vez mobilizado em tempos de paz.

De resto, tem-se que a popularidade das figuras régias parece ser robusta, uma vez que, passadas duas semanas (19/11), visitaram a cidade de Chiva, igualmente afetada pelas chuvas. Foram recebidas com abraços, fotografias e aplausos. O mesmo não se pode dizer de Sánchez ou Mazón. O último chegou mesmo a apresentar a demissão.

E o futuro?

O estado atual do mundo, com os holofotes internacionais apontados para outros conflitos e crises humanitárias, não parece muito promissor para lidar de frente com o monstro das alterações climáticas. Acresce a eleição de Donald Trump como 47.º Presidente dos EUA, um político negacionista da temática.

Resta a esperança nos esforços concertados dos restantes países, reunidos de dia 11 a 22 deste mês em Baku, para a realização da COP29. Entretanto, um planeamento urbano mais cuidado e sistemas de informação e apoio à população mais robustos serão a solução possível para amenizar os efeitos das catástrofes climáticas.

COP 29

Por Matilde Santos

A agenda da COP 29

A 29.ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) decorreu em Baku, no Azerbaijão, de 11 a 22 de Novembro. Esta cimeira foi designada “COP do financiamento do clima”, dado que o seu objetivo primordial era alcançar um acordo a respeito do montante anual que deverá ser canalizado para ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem à degradação ambiental.

Nesta cimeira também se falou da diminuição das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), do aquecimento global, do Acordo de Paris, da sustentabilidade, da neutralidade carbónica, do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), assim como dos compromissos nacionalmente determinados (NDC). Quanto à agenda propriamente dita, nesta constava a definição do Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), destinado a substituir a atual verba em vigor de 100 mil milhões de dólares por ano. Também se pretendiam decisões relativas aos mercados de carbono, um programa de trabalho para uma transição justa, os passos seguintes na sequência do balanço global (GST), assim como a renovação do programa de trabalho sobre a igualdade de género.



A nomeação do Azerbaijão

O Azerbaijão optou pelo ministro da Ecologia, Mukhtar Babayev, que trabalhou durante mais de duas décadas na empresa estatal de petróleo e gás natural antes de assumir o cargo, para encabeçar esta COP 29. Ainda que o seu papel enquanto ministro da Ecologia o torne uma escolha comum para presidir às negociações, a experiência que acumula no setor petrolífero acende a discussão em torno do intrometimento dos interesses dos combustíveis fósseis nos processos de tomada de decisão no que concerne ao futuro do clima.

As negociações na Alemanha, em Bona

Já a 60.^a Sessão dos Órgãos Subsidiários (SB60) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) concretizou-se em Bona de 3 a 13 Junho. Foi aqui que se formaram as bases que posteriormente se utilizaram nas decisões tomadas na COP 29. Em particular, discutiu-se o Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG) de financiamento para a ação climática: de quem virá o dinheiro, como e quando os países em desenvolvimento o receberão, para que fins poderão pedi-lo e quais serão os mecanismos de transparência em reporte, assim como o montante em causa.

As negociações do G20

Os países que constituem o G20 representam 85% da economia mundial e são os maiores contribuintes dos bancos multilaterais de desenvolvimento que auxiliam na gestão do financiamento do clima. São também responsáveis por 80% das emissões globais. As tensões diplomáticas em volta da crise climática da COP 29 assolaram a mesa de negociações da cúpula do G20, no Rio de Janeiro, no Brasil. As 20 principais economias mundiais alcançaram um consenso frágil sobre o financiamento climático. Não obstante, é possível atingir o objetivo de 1,5 graus Celsius se conseguir uma mobilização maciça liderada pelo G20 para reduzir todas as emissões de gases com efeito de estufa.

Os pareceres dos países em desenvolvimento

Na ótica dos países em desenvolvimento, estes só devem aumentar as suas metas de redução das emissões se os países ricos, que são os principais responsáveis pelas alterações climáticas, pagarem. Estes países insistem no chamado “financiamento concessional”, que consiste em doações, em vez de empréstimos sob condições de mercado, de modo a que não se convertam em dívida para essas nações.

Como forma de protesto, houve governantes que decidiram não comparecer, como é o caso do governo da Papua-Nova Guiné, que anunciou no mês de agosto que não enviaria ministros para a COP 29. No caso da Colômbia, a negociadora Sofia Vargas-Lozada, assessora de financiamento climático e de biodiversidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da Colômbia, relembrou que, de acordo com os dados da OCDE, mais de 80% do financiamento climático que a Colômbia recebe são empréstimos. Com isto, alerta para o facto de os países em desenvolvimento estarem a receber financiamento climático a taxas de mercado.

O Lobbyismo

No decorrer da COP 29 há 1773 lobbyistas a favor da indústria dos combustíveis fósseis. Este número é indicativo da presença desproporcional do poluidor ano apόs ano em conversações climáticas cruciais. Este número inclui 39 funcionários de petrolíferas como as norte-americanas Chevron e ExxonMobil, as britânicas BP e Shell e a italiana Eni. Ainda têm-se empresas portuguesas como a EDP e a REN.

Portugal na COP 29

Portugal marca presença na COP 29, com um pavilhão próprio, mediante a ministra da Energia e Ambiente, Maria da Graça Carvalho. Uma das prioridades portuguesas na negociação passa pelo aumento do financiamento à ação climática nos países mais vulneráveis mediante o alargamento dos contribuidores. Portugal tem compromissos internacionais de financiamento destinado às alterações climáticas no valor de 68,5 milhões de euros, sendo que parte desse valor, 12 milhões de euros, encontra-se na conversão da dívida de Cabo Verde em investimento climático e outros 3,5 milhões de euros na conversão da dívida de São Tomé e Príncipe. O intuito é o de ampliar estas parcerias, sobretudo com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) após 2025. Os resultados deste acordo de conversão da dívida em financiamento climático são extremamente positivos. Esta iniciativa portuguesa de troca de dívida por ação climática foi abordada.

Os Estados Unidos e a China

Com a reeleição de Donald Trump está em causa, uma vez mais, a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Este presidente planeia, assim, rever a legislação climática histórica aprovada pelo seu antecessor. No entanto, já não é possível reverter as mudanças estruturais em curso para descarbonizar a economia. E, curiosamente, com a administração Biden teve-se um aumento de 20% nas licenças de petróleo e gás natural emitidas, em perspetiva comparada com o primeiro mandato de Trump.

Sendo a China a segunda economia com maior peso a nível internacional, a União Europeia (UE) tem apelado para que esta contribua no plano de financiamento do clima. Contudo, de acordo com os parâmetros estabelecidos em 1992 que ainda se encontram em vigor, a China ainda é tida como um país em desenvolvimento. Com isto, a União Europeia num comunicado reitera a necessidade de “refletir a evolução das respetivas capacidades económicas e as crescentes quotas de emissões globais de gases com efeito de estufa desde o início da década de 1990”, assim como “garantir que mais países com capacidade de contribuir estejam de facto à altura e assumam as responsabilidades”. Embora a China financie a ação climática globalmente, ainda apresenta uma enorme reticência em integrar oficialmente o conjunto de países doadores.

No orçamento que estava previsto para o período 2024-2025 do secretariado da Convenção das Alterações Climáticas, cerca de metade não foi pago. Estão em falta 57 milhões de euros que impossibilitam quaisquer ações no que toca ao meio ambiente. Contrariamente ao Japão e à Alemanha, os Estados Unidos e a China entraram em incumprimento com as suas obrigações. No mês de Outubro, por um lado, os Estados Unidos ainda deviam 7,3 milhões de dólares ao orçamento principal da UNFCCC para 2024, ainda que tenham contribuído com 2,5 milhões de dólares para o seu orçamento suplementar. Por outro lado, a China ainda devia 5,6 milhões de dólares em pagamentos para o orçamento principal, ainda que tenha contribuído com 497 mil de dólares para o fundo suplementar.

A Argentina, a França e o conflito na Arménia

O Presidente francês, Emmanuel Macron, já não ia a Bacu, visto que existe um conflito diplomático entre os dois países por causa da Arménia. Contudo, a ministra do Clima, Agnès Pannier-Runacher, cancelou também a sua viagem, pois o Presidente do Azerbaijão acusou a França de ter cometido crimes nos seus territórios ultramarinos. Aliyev acusou as autoridades francesas de ter matado e ferido durante os protestos legítimos do povo Kanak na Nova Caledónia, no rescaldo dos motins em Maio despoletados por uma reforma eleitoral que retiraria representação àquele território. Aliyev afirmou, também, que França mantém a Córsega sob a alçada colonial. Nos últimos tempos, o Azerbaijão tem apoiado inúmeras figuras independentistas da Nova Caledónia. No cerne desta relação conflituosa está o apoio francês à Arménia. Há uma forte comunidade descendente de imigrantes arménios em território francês e que tem o genocídio arménio muito presente.

A população da Arménia é alvo de detenções arbitrárias e medidas repressivas por parte do governo do Azerbaijão. No rescaldo da tomada total e da dissolução do enclave arménio Nagorno-Karabakh pelo exército do Azerbaijão, que incluiu o encerramento do corredor de Lachin, a única ligação que permitia a entrada de civis e bens naquele território no ano de 2023, deu-se uma grande fuga de arménios, devido ao receio de limpeza étnica. Por sua vez, a delegação da Argentina foi recambiada de regresso a Buenos Aires um dia antes do Presidente argentino, Javier Milei, se ir encontrar na Florida com o novo Presidente estadounidense. Javier Milei, tal como Donald Trump, também nega as alterações climáticas, tendo eliminado o Ministério do Ambiente, além de ter ameaçado a retirada do Acordo de Paris.

Não marcam presença nesta cimeira: o ainda Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden; o Presidente do Brasil, Lula da Silva; a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen; o primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz; o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi; o Presidente da China, Xi Jinping; nem o Presidente russo, Vladimir Putin.

A posição ambígua da UE

Com o início da Guerra na Ucrânia, a União Europeia viu-se obrigada a olhar para outras regiões de modo a suprimir as suas necessidades de gás natural. Neste sentido, a importação de gás natural do Azerbaijão tem aumentado em 12% anualmente. E no caso da União Europeia, esta tem comprado mais de metade do gás natural que o Azerbaijão produz. Um acordo foi estabelecido entre o Azerbaijão e a União Europeia para aumentar as exportações de gás natural dos 11 milhões de metros cúbicos por ano fornecidos em 2022 para 20 mil milhões até 2027. A expectativa é que em 2024 a produção seja 10% superior à de 2022, 13 mil milhões de metros cúbicos de gás e, se conseguir chegar a esta meta, será a primeira vez que o Azerbaijão exporta mais de metade do seu gás para a Europa.

No âmbito da COP 29, a União Europeia e países como o Canadá são da opinião de que um salto significativo no financiamento público não é exequível. Com isto, sublinham que o investimento privado terá de fornecer a maior parte do investimento necessário para a transição verde.

O Azerbaijão sai lesado

Sendo o Azerbaijão um país autoritário, com uma ligação histórica à exploração de petróleo e gás natural, e cujos representantes já defenderam abertamente os combustíveis fósseis, a sua presidência está a ser altamente contestada. Tal já tinha acontecido na COP realizada no Egito em 2022, assim como na COP que teve lugar nos Emirados Árabes Unidos em 2023. Neste mesmo ano, a Freedom House, organização que avalia as liberdades das nações, atribuiu uma pontuação de 7 em 100 ao Azerbaijão, declarando-o um país sem liberdades.

O regime repressor de Ilham Alieyv continua nos dias de hoje a defender o uso do gás natural e socorre-se da União Europeia como escudo. Este Presidente foi anteriormente vice-presidente do SOCAR, a Companhia Estatal de Petróleo da República do Azerbaijão. Também, o diretor executivo da COP 29, Elnur Soltanov, aproveitou negociações para propor a venda de gás natural e de petróleo.

O país foi escolhido para ser anfitrião da COP 29 porque a Rússia, afetada pelo embargo europeu graças à Guerra na Ucrânia, vetou que a cimeira se concretizasse em qualquer país da Europa Ocidental que pertencesse à União Europeia. O Azerbaijão quer aproveitar a cimeira para apelar à paz mundial, querendo-se apresentar como pacificador. Contudo, isto contrasta com o seu historial de agressão militar, abuso de direitos humanos e violação da lei internacional, que o fazem enfrentar acusações de genocídio. Ou seja, o Azerbaijão está a servir-se da COP 29 para fazer “greenwashing”, além de “peacewashing” da sua imagem global, quando, na realidade, ainda detém ambições expansionistas.

As regras do mercado internacional de carbono e o acordo sobre o financiamento

O acordo que foi aprovado em Bacu prevê que se atinja, até ao ano de 2035, uma meta de financiamento público anual de pelo menos 300 mil milhões de dólares para os países em desenvolvimento. Este valor encontra-se longe dos 1,3 biliões exigido pelas nações menos desenvolvidas. O resultado foi determinado pelos países do Norte Global que defenderam que uma parte do financiamento prometido terá de vir de subvenções, do setor privado, de bancos multilaterais de desenvolvimento, ou de outras estruturas financeiras alternativas.

Chegou-se, também, a acordo sobre o comércio de emissões de carbono e a criação de um mercado global regulado para cumprir com o Acordo de Paris. O art. 6º deste apela aos países para que cooperem de forma a reduzir as suas emis-

sões de carbono, estipulando que um país pode transferir para outro os créditos de carbono que ganhou reduzindo, assim, as suas emissões. Quer isto dizer que os países que libertam pouco CO₂ podem vender licenças de emissão a quem mais gera, sob a alçada das Nações Unidas, com garantias e registo.

Este acordo prevê mercados de carbono transparentes para os países que colaboram para atingir os seus objetivos climáticos. A criação do mercado de carbono para desbloquear fluxos de investimento de 250.000 milhões de dólares por ano poderia tornar mais fácil para os países cumprirem com as suas contribuições climáticas nacionais. Contudo, na ótica da organização Greenpeace, os mecanismos acordados no mercado de carbono permitem que a indústria fóssil compense novas emissões. Já Kelly Stone, analista senior de políticas da ActionAid USA, realçou que o acordo se distancia do financiamento climático em prol do “greenwashing”, afirmando que os mercados de carbono que permitem a compensação são essencialmente licenças para continuar a poluir.

A reforma das COP sob 7 propostas e a COP 30 no Brasil, em Belém

Uma carta aberta foi publicada por antigos líderes e peritos na ação contra as alterações climáticas. Incluindo o antigo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a antiga Presidente da Irlanda, Mary Robinson, a antiga chefe das Nações Unidas para o clima, Christiana Figueres, e, ainda, o cientista climático Johan Rockström. Esta carta foi assinada por mais de 20 especialistas, antigos líderes e cientistas e foi dirigida a todos os Estados integrantes da COP 29.

A carta aberta exige a reforma das COP. Neste sentido, apresenta sete propostas: melhorar o processo de seleção para as presidências da COP; facilitar a rapidez e a escala; melhorar a concretização e a responsabilização; acompanhar meticulosamente o financiamento climático; ampliar a voz da ciência; reconhecer a relação entre a pobreza, a desigualdade e a instabilidade mundial; e, por fim, reforçar a representação equitativa. A estratégia do Brasil para a COP 30 é a “Missão 1.5”, um esforço para manter na agenda do dia a meta do Acordo de Paris. Também, para a COP 30 ficará a discussão relativa à aplicação dos resultados do balanço global (GST), assim como o programa de trabalho para uma transição justa.

www.portugaldiplomatico.com